

Sindicato: Desconfiar ou defender? CNTI destaca papel crucial das entidades sindicais na conquista de direitos

Presidente da CNTI, José Reginaldo Inácio, reforça em evento do MPT-RJ a importância dos sindicatos e alerta para os efeitos nefastos da sindicatofobia



O Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ) promoveu, no dia 29 de maio, o debate **"Sindicato: Desconfiar ou defender? O lugar do Sindicato hoje"**, com participação do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, **José Reginaldo Inácio**. O evento, transmitido ao vivo pelo YouTube, discutiu o momento atual do movimento sindical e a necessidade de engajamento, especialmente dos jovens, na defesa dos direitos trabalhistas.

[Clique AQUI](#) e assista à íntegra do debate

Reginaldo Inácio destacou o papel histórico dos sindicatos na conquista de benefícios como 13º salário, férias remuneradas, FGTS e redução da jornada de trabalho. *"O 13º salário, inicialmente negociado como 'abono natalício', foi estendido a todos os trabalhadores em 1962 graças à pressão sindical. Hoje, beneficia mais de 84 milhões de pessoas, representando cerca de 3% do PIB"*, explicou, com base em dados do Dieese *"Quando falamos da destruição da CLT, estamos falando da destruição do que foi conquistado pela classe trabalhadora ao longo da história"*, afirmou o líder sindical.

Produção sindical supera legislação

O presidente da CNTI apresentou dados comparativos entre a produção legislativa e a atuação sindical. Enquanto o Congresso Nacional (Câmara e Senado em atividades legislativas conjuntas) com todo seu aparato técnico e orçamento milionário (cada parlamentar custa R\$ 24,7 milhões por ano, segundo

estudos), aprovou apenas 27 leis; o Senado Federal 48 leis e a Câmara dos Deputados 191 leis sancionadas pela Presidência da República, os sindicatos registraram 43.147 acordos coletivos no mesmo período – uma média de 4.006 instrumentos negociados por mês entre 2014 e 2024.

"Em 33 anos, o movimento sindical negociou cerca de 16,9 milhões de cláusulas, quase 2,5 vezes mais que todas as leis aprovadas nas esferas municipal, estadual e federal somadas (6,78 milhões)", ressaltou Reginaldo citando dados do Ministério do Trabalho. *"Essa é uma relação que poucas pessoas param para pensar, mas que mostra a efetividade da ação sindical"*, destacou.

Sindicatofobia e financiamento desigual



Inácio alertou para a sindicatofobia – termo que define o ódio e a hostilidade contra sindicatos – e seus severos impactos sociais. *"A sindicatofobia não é um acaso: é um ódio hereditário ao movimento operário, uma estratégia para invisibilizar sua importância"*, afirmou, citando a filósofa **Adela Cortina** sobre como a linguagem revela conflitos sociais.

Com o fim da contribuição sindical obrigatória, a receita das entidades caiu 90%, enquanto empresas continuam obrigadas a financiar o Sistema S, que recebe **R\$ 26,92 bilhões anuais**. *"No Maranhão, quase 70% dos trabalhadores que prestavam serviços a sindicatos foram demitidos; no Rio, foram quase 50%. Isso é um desmonte planejado"*, denunciou Reginaldo.

"Trabalhadores são incentivados a não contribuir ('free-riders'), enquanto empresas são fiscalizadas pela Receita Federal no repasse ao Sistema S. É uma desigualdade jurídica que reflete um viés ideológico", completou o presidente da CNTI.

O evento também contou com a participação do procurador do Trabalho **Ricardo José das Mercês Carneiro** e mediação do procurador **André Luiz Riedlinger Teixeira**, reforçando a importância da formação sindical e do combate à desinformação.

"Sem sindicatos, não teríamos os direitos trabalhistas que conhecemos hoje. Defender essas entidades é defender a dignidade do trabalhador" – concluiu José Reginaldo Inácio, presidente da CNTI.

[Clique AQUI](#) e acesse mais fotos do debate virtual

Assessoria de Comunicação da CNTI

Alerta: emenda antissindical em pauta na Câmara

Emenda apresentada ao PL 1663/23 permite o cancelamento digital da contribuição sindical por empresas privadas, medida criticada por entidades sindicais por fragilizar o financiamento e a organização dos trabalhadores.



O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) acompanhou, nesta terça-feira (27), na Câmara dos Deputados, a análise do Projeto de Lei (PL) 1663/23, de autoria do deputado Fausto Santos Jr. (União-AM), que trata da modernização das relações trabalhistas e sindicais, propondo a revogação de trechos desatualizados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por incompatibilidade com a Constituição Federal e com normas legais posteriores.

Durante o debate, o ponto que gerou maior controvérsia no Plenário foi uma emenda apresentada pelo deputado Rodrigo Valadares (União-SE), que autoriza o cancelamento de contribuições sindicais de forma online, por meio de aplicativos de empresas privadas credenciadas para serviços de autenticação digital.

A posição do movimento sindical é contrária à emenda e a iniciativas que possam enfraquecer os sindicatos e prejudicar a organização dos trabalhadores, já impactados pela reforma trabalhista de 2017.

Na oportunidade, o relator do projeto, deputado Ossésio Silva (Republicanos-PE), foi alvo de críticas

após descumprir um acordo político. O PL estava sendo negociado de forma ampla entre líderes partidários e entidades sindicais, com a expectativa de que algumas modificações fossem rejeitadas para garantir sua aprovação. No entanto, em uma manobra surpreendente, o relator manteve sua posição, contrariando o acordo.

Além disso, o Diap avalia que algumas outras emendas em discussão podem flexibilizar direitos ou criar brechas para a precarização. Por isso, busca consolidar um entendimento com a Mesa Diretora e líderes partidários para barrar mudanças consideradas nocivas, articulando-se na tentativa de aproximação com o presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). O objetivo é restabelecer um consenso entre as bancadas para rejeitar emendas prejudiciais ao interesse dos trabalhadores e à estabilidade da legislação trabalhista.

Fonte: Diap

NOTA PÚBLICA DA BANCADA DA SOCIEDADE CIVIL NO CONAMA



A Bancada da Sociedade Civil do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) vem a público manifestar seu veemente repúdio às agressões verbais e à violência política de gênero sofridas ontem pela Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, durante a audiência pública realizada na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Manifestamos nossa total solidariedade à Ministra Marina Silva, uma corajosa mulher e grande liderança ambiental de relevância global.

As agressões partiram dos senadores Plínio Valério (PSDB-AM), líder do PSDB, e Marcos Rogério (PL-RO), que presidia a audiência, além do senador Omar Aziz (PSD-AM). Estes protagonizaram um episódio covarde contra uma mulher que é Ministra de Estado em um dos momentos mais vergonhosos da história recente do Congresso Nacional.

Os ataques incluíram declarações explicitamente machistas e ofensivas. O senador Plínio Valério já havia feito um ataque anterior à Ministra, de forma



virulenta e inaceitável. Acontecimento ao qual também fizemos manifestação pública.

Na audiência de 27 de maio, o senador que presidiu a sessão tentou silenciar a Ministra, cortando-lhe o microfone e interrompendo-a por diversas vezes. Em dado momento acrescentou que ela deveria "se pôr no seu lugar". Tais falas e comportamentos não podem ser interpretados de outra forma que explicitamente sexistas, machistas e misóginas.

A Ministra Marina Silva reagiu às agressões, cobrando respeito, exigindo um pedido de desculpas, não se submetendo a esta tentativa de intimidação. Por fim, retirou-se da sessão.

Este lamentável episódio não é um fato isolado, mas uma clara expressão da crescente violência política de gênero que busca calar mulheres, especialmente aquelas que atuam na defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e dos povos tradicionais.

As agressões ocorreram em meio a debates cruciais sobre a política ambiental no Brasil, incluindo a pressão pela exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas, o asfaltamento da BR-319, e o Projeto de Lei 2.159/2021, que afrouxa as regras do Licenciamento Ambiental no país. A aprovação deste PL no Senado, seis dias antes das agressões, é considerada um dos maiores retrocessos ambientais legislativos em quatro décadas, a destruição do conjunto de normas que formam a proteção do meio ambiente no país. O licenciamento ambiental, conforme destacou a Ministra, é uma conquista da sociedade brasileira, e Ministra tem solicitado mais tempo para o seu debate na Câmara dos Deputados.

A Ministra Marina Silva é reconhecida mundialmente por sua atuação, possui uma biografia impecável e postura ética inquestionável. Como uma mulher negra da Amazônia, Ministra de Estado pela segunda vez, ex-Senadora por 16 anos e Deputada Federal, a Ministra é uma figura política e técnica de atuação fundamental para as reduções das taxas de desmatamento na Amazônia e em diversos outros biomas.

Entendemos que atacar a Ministra Marina Silva em pleno exercício de suas funções institucionais, como ocorreu ontem no Senado, é um ataque direto à democracia, ao Estado brasileiro e à luta socioambiental.

A Bancada da Sociedade Civil do CONAMA reafirma sua solidariedade e empenha todo apoio à Ministra Marina Silva. Repudiamos qualquer ato de machismo e violência política. A sociedade brasileira não pode aceitar que o debate democrático e a formulação de políticas públicas socioambientais sejam contaminados pelo ódio, machismo e intolerância.

É preciso que haja retratação e responsabilização para que ocorrências lamentáveis como esta nunca mais se repitam. Seguiremos atuando na defesa do meio ambiente, dos direitos socioambientais e da democracia no Brasil.

Banca de Entidades da Sociedade Civil do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Quarta-feira, 28 de maio de 2025

Taxa de desemprego fica em 6,6% no trimestre encerrado em abril

Índice não apresentou variação em relação ao trimestre anterior



© Tânia Rego/Agência Brasil

A taxa de desocupação, também conhecida como taxa de desemprego, ficou em 6,6% no trimestre finalizado em abril deste ano. O índice não apresentou variação estatística em relação ao trimestre anterior, encerrado em janeiro deste ano (6,5%), mas recuou em relação ao trimestre finalizado em abril de 2024 (7,5%).

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta quinta-feira (29), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o IBGE, a população desocupada, ou seja, aquela que procurou emprego e não conseguiu, chega a 7,3 milhões de pessoas, mantendo-se estável na comparação trimestral (com o trimestre encerrado em janeiro deste ano) e caindo 11,5% (menos 941 mil pessoas) na comparação anual (com o trimestre encerrado em abril do ano passado).

A população ocupada (103,3 milhões) também se manteve estável na comparação trimestral, mas cresceu 2,4 % (mais 2,4 milhões de pessoas) no ano. O nível de ocupação, isto é, o percentual de pessoas ocupadas em relação à população em idade de trabalhar, ficou em 58,2%, estável na comparação trimestral e maior na comparação anual (57,3%).

O rendimento médio mensal habitual do trabalhador ficou em R\$ 3.246, mostrando estabilidade na comparação trimestral e crescimento de 3,2% no ano (R\$ 3.319).

Fonte: Agência Brasil

Paim defende revisão da vida toda para corrigir cálculo da aposentadoria

Waldemir Barreto/Agência Senado



O senador Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento nesta quarta-feira (28), defendeu a aprovação do Projeto de Lei (PL) 1.460/2023, de sua autoria, que propõe a revisão da vida toda no

cálculo dos benefícios previdenciários. Segundo ele, a proposta busca corrigir uma injustiça que afeta milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas no país.

Paim explicou que o projeto permite o recálculo da aposentadoria, levando em conta todas as contribuições feitas ao longo da vida, inclusive as anteriores ao Plano Real, implantado em 1994. Hoje, a regra considera apenas os pagamentos feitos após esse ano.

— O que estamos propondo com esse projeto de lei é dar ao trabalhador o direito de escolha. Se a regra de transição lhe for desfavorável, ele poderá optar pelo cálculo mais benéfico, assegurando maior justiça e equidade no sistema previdenciário. Estamos falando de uma questão que afeta, diretamente, milhões de brasileiros — disse.

De acordo com o senador, essa regra de transição, criada após a reforma da Previdência em 1998, prejudicou trabalhadores que tiveram salários mais altos antes de 1994. Esses beneficiários acabam recebendo menos do que teriam direito se todas as contribuições fossem consideradas.

O senador também alertou para os prejuízos causados por fraudes em empréstimos consignados, que, segundo ele, podem passar de R\$ 50 bilhões. Ele criticou propostas de privatização da Previdência e reforçou que o sistema deve ser protegido contra fraudes e sonegação.

— A Previdência é um pilar de solidariedade e justiça social que não pode ser corroído por injustiças, por picaretagem, por malandragem e por omissões. Ao propor a revisão da vida toda, reafirmamos o compromisso de valorizar os aposentados e

pensionistas, que contribuíram com suor e dedicação para a construção do nosso país. Eles não podem ser tratados como número em uma planilha, mas, sim, como cidadãos, que têm direito à história e sonhos — concluiu.

Fonte: Agência Senado

Trabalhador poderá acompanhar mulher no tratamento de câncer, decide CAS

Carlos Moura/Agência Senado



Empresas serão incentivadas a concederem abono ou jornada especial para cônjuge de quem trata o câncer de mama

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) encerrou nesta quarta-feira (28), com aprovação definitiva, a análise do projeto que permite ao empregado se ausentar do trabalho para acompanhar cônjuge ou companheira no tratamento do câncer de mama (PL 5.078/2023). Ele foi aprovado em primeiro turno na semana passada, na forma de um substitutivo da senadora Jussara Lima (PSD-PI), e passou pelo turno suplementar nesta quarta. O texto segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para o Plenário.

De acordo com o projeto, participantes do Programa Empresa Cidadã podem receber incentivos de crédito e preferência em contratações públicas se concederem abono de falta ou jornada especial para o trabalhador acompanhar dependente no tratamento contra o câncer de mama. A regra vale, por exemplo, para os dias de sessões de quimioterapia, radioterapia ou hormonioterapia.

O texto original, do senador Jorge Seif (PL-SC), alterava a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, para permitir a ausência do acompanhante ao trabalho nos dias de tratamento. Para a relatora, a medida acarretaria ônus adicional à folha de pagamento do empregador. Por isso, Jussara propôs no substitutivo a possibilidade de incentivo aos empregadores participantes do Programa Empresa Cidadã.

Fonte: Agência Senado